



Serviço Público Federal  
Ministério do Turismo  
Secretaria Especial da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Departamento do Patrimônio Imaterial  
Divisão Técnica de Diversidade Linguística

**PARECER TÉCNICO** nº 7/2021/DTDL/CGIR/DPI

**ASSUNTO:** Análise Técnica do Dossiê da Língua Salamã.

**REFERÊNCIA:** Proc. 01450.000774/2019-13 (Cf. Processo Matriz 01450.005999/2014-51: Projeto-piloto de Levantamento Regional da Situação Sociolinguística de 26 (vinte e seis) etnias linguísticas de Rondônia - TED nº 04/2014 - Iphan/Mpeg.

*Brasília, 28 de outubro de 2021.*

Senhor Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística,

Trata-se de análise do inventário da língua Salamã e da avaliação do pedido de inclusão no Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL). A documentação foi encaminhada ao Iphan por meio de comunicado do Museu Paraense Emílio Goeldi (SEI 1047264) protocolado em 07/03/2019.

A documentação em análise refere-se a um dossiê da língua Salamã composto por pesquisas realizadas pelo linguista Hendrikus (Hein) G. A. van der Voort, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no período de 1996 até 2018 nas seguintes localidades do Estado de Rondônia: Terra Indígena Tubarão-Latundê, Terra Indígena Sagarana, Comunidade Indígena Cassupá e Salamã, Cidade de Porto Velho e Cidade de Guajará-Mirim (fl. 6 do SEI 1047267).

**Documentos analisados:**

- o Anuência e solicitação para reconhecimento da Língua Salamã no Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL), registrado em áudio no formato digital;
- o Fotos da aldeia e das 02 (duas) falantes;
- o Referências em “.pdf” sobre a língua;
- o Arquivo de áudio, Lista Swadesh com 100 palavras na língua;
- o Mapa;
- o Formulários preenchidos conforme o Guia de Pesquisa e Documentação INDL em formato digital.

**Documentos consultados:**

- i. Guias de Pesquisa e Documentação para o INDL. Volumes 1 e 2. Iphan, 2016;

- ii. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
- iii. Parecer Técnico nº 14/2018/DTDL/CGIR/DPI, produzido por Marcus Vinícius Carvalho Garcia, Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística;
- iv. Nota Técnica nº 8 - PU/DNDH, de 14 de setembro de 2021.

## I. Breve Histórico do Projeto-Piloto:

Em 2014, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) apresentou a este instituto o Projeto “Levantamento Regional da Situação Sociolinguística de 26 (vinte e seis) Etnias Indígenas da Região de Rondônia – Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL), que resultou no Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 04/2014 – IPHAN/MPEG – celebrado em 11/09/2014.

Os objetivos principais do projeto eram os seguintes (SEI 0119740 do Processo Matriz nº 01450.005999/2014-51):

- *Levantar a situação da língua nativa de 26 (etnias) etnias do Estado de Rondônia, investigando os parâmetros reconhecidos para diagnosticar o grau de ameaça de cada, por exemplo, número de falantes e semifalantes, grau de transmissão da língua, grau de manutenção de arte verbal tradicional, alfabetização na língua indígena e medidas e programas de apoio;*
- *Obter as informações necessárias para a patrimonialização de cada língua, por exemplo, os nomes da língua, sua história e suas relações genéticas com outras línguas e dialetos;*
- *Produzir e documentar a anuência informada de cada etnia para o reconhecimento da sua língua como Referência Cultural Brasileira;*
- *Documentar minimamente cada língua e dialeto por meio de gravação;*
- *Mobilizar cada etnia a manter e promover as suas línguas, fornecendo ideias e capacitação para isso;*
- *Contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias para levantar a situação de línguas indígenas de uma região, gerando subsídios para levantamentos futuros do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL);*
- *Gerar experiências de referência no uso de novas tecnologias para documentação e identificação de línguas para serem disponibilizadas no âmbito do INDL.*

Dentre as justificativas para a realização do projeto, a que mais se destacava era de que “a quantidade de línguas a serem levantadas, 23, representa 14% das línguas indígenas faladas atestadas do Brasil e será uma grande contribuição ao conhecimento da situação das línguas do país. A patrimonialização de tantas línguas será um avanço considerável no reconhecimento de línguas como patrimônio cultural”.

Devido a ajustes motivados por imprevistos no cronograma de execução do Plano de Trabalho e mudanças nas datas de empenho de recursos, o TED foi celebrado a partir de 2014 e prorrogado até 2017, quando as entregas contratadas foram apresentadas em Formulário de Prestação de Contas deferido nos autos do Parecer Técnico nº 14/2018/DTDL/CGIR/DPI, de 14 de junho de 2018 (SEI 0535402 no Processo Matriz nº 01450.005999/2014-51).

## II. Histórico do povo Salamã

A dispersão dos Salamãis e de outros grupos ao longo do rio Pimenta Bueno começou a partir dos anos 1920, quando os grupos indígenas foram retirados de suas regiões de origem para liberar as terras aos seringalistas e foram colocados para trabalhar na extração de seringa e de outros produtos da floresta. Esse contato sujeitou esses povos do sul de Rondônia a uma grande mortalidade até os anos 1980.

No final dos anos 1930, a *“Marcha para o Oeste”* do governo Getúlio Vargas levou a várias expedições na região, o que resultou em alguns registros de língua e contexto social (Dequech 1988-1993, Zack 1943). Nessa época, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) estabeleceu um posto de atendimento no lugar chamado Cascata, no território dos Aikanã no alto rio Pimenta Bueno, onde juntaram membros de vários grupos indígenas (Aikanã, Kanoé, Salamãis, Mekens) para trabalhar na borracha.

Durante esses deslocamentos compulsórios dos vários grupos indígenas, houve, no caminho, várias fugas por canoas cujos índios interceptados eram deportados para o Posto Indígena Ricardo Franco, na fronteira com a Bolívia. Essa prática perdurou até os anos 70 e até hoje há membros de uma família Salamãis na T.I. Sagarana, que é adjacente à T. I. Rio Guaporé (antigo Posto Indígena fronteiro citado) e próxima a uma cidadezinha chamada Surpresa (mencionada nas mapas como Rodrigues Alves).

Após o fechamento e o loteamento pelo Incra dos antigos seringais, várias comunidades remanescentes conseguiram reservas indígenas em suas regiões de origem. Atualmente, a língua Salamãis é lembrada por 02 (duas) senhoras idosas: Dona Maria Salamãis, na cidade Porto Velho, e Dona Peridálva Salamãis na T.I. Tubarão-Latundê.

Todas as atuais terras onde estão distribuídos os Salamãis estão localizadas no bioma amazônico: a Terra Indígena Tubarão-Latundê, homologada pela Funai em 1973, está na margem direita do rio Pimenta Bueno, na altura das cabeceiras, e está conectada com a cidadezinha Chupinguaia por 10 km de estrada de chão e com as cidades de Vilhena e Pimenta Bueno a uma distância de 150 km de rodovia asfaltada na RO-391 e BR-364.

Alguns descendentes dos Salamãis moram nas cidades Porto Velho e Guajará-Mirim, juntaram-se com os Cassupá (subgrupo dos Aikanã) e foram levados para um terreno doado em 2012 pela Delegacia do Ministério da Agricultura (Dema) batizado como Comunidade Indígena Cassupá e Salamãis (5,5 km de Porto Velho/RO, com população estimada de 100 (cem) pessoas, mas a grande maioria se identifica como Cassupá).

Os Salamãis étnicos não constituem um povo unificado, mas o estabelecimento da Comunidade Indígena Cassupá e Salamãis, a 5,5 Km de Porto Velho/RO, pode ser um sinal de mudança a esse respeito. Porém, foi constatada na pesquisa que a língua está dormente e em alto perigo de extinção. Além disso, alguns descendentes dos Salamãis que habitam a T.I. Sagarana foram registrados como Aruá em um equívoco ocorrido nos anos 40, quando os Tupari no P.I. Ricardo Franco pensaram que os recém-chegados Salamãis eram representantes de um grupo Aruá, por causa de semelhanças na língua (Caspar 1953:55).

Por fim, as informações referentes às comunidades linguísticas apresentam um histórico sobre a ocupação do povo Salamãis no sudeste do Estado de Rondônia em um complexo multiétnico com os povos Aikanã (ou Massaká, Cassupá, Huarí, Mondé e Tubarão, de língua isolada), Kwazá (ou Koaiá/Coaiá, língua isolada), Kanoê (língua isolada), Kepkiriwat (língua Tupí extinta), e povos Nambikwara.

### III. Sobre a língua Salamãis

O dossiê é composto por pesquisas de vários pesquisadores associados e organizado pelo linguista Hendrikus (Hein) G. A. van der Voort, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no período de 1996 até 2018 nas seguintes localidades do Estado de Rondônia: Terra Indígena Tubarão-Latundê, Terra

Indígena Sagarana, Comunidade Indígena Cassupá e Salamã, Cidade de Porto Velho e Cidade de Guajará-Mirim.

De acordo com o “Módulo 1 – Identificação da Pesquisa” (SEI 1047267), as visitas a essas localidades objetivaram:

- Registrar gravações das 02 (duas) últimas semifalantes (falantes parciais) da língua Salamã (várias vezes, desde 1996, o pesquisador fez gravações com D. Peridalva e uma vez, em 2001, com D. Maria e incluiu alguns desses registros no anexo);
- Documentar em áudio a anuência e o pedido de reconhecimento da língua Salamã;
- Coletar dados e informações nos municípios de Rondônia (Chupinguaia, Guajará-Mirim e Porto Velho) com a perspectiva de reconhecimento da língua e a sua salvaguarda como patrimônio cultural de natureza imaterial.

Em campo, foram visitadas as duas últimas semifalantes da língua Salamã. Contudo, não foi feito um levantamento completo da população étnica Salamã, que foi estimada por dados secundários em, aproximadamente, 10 (dez) indivíduos.

Tal número pode ser um pouco maior, pois várias famílias foram espalhadas em fazendas e cidades no estado. A população da Comunidade Indígena Cassupá e Salamã, em Porto Velho, é estimada em 100 pessoas, mas a grande maioria se identifica como Cassupá.

#### Conforme o item 2.3 Identificação e síntese da língua:

*A língua Salamã é uma língua da família Mondé, tronco Tupí, lembrada por 2 (duas) senhoras idosas: Dona Maria Campés, na cidade Porto Velho, e Dona Peridalva Aikanã, na T.I. Tubarão-Latundê. Possivelmente não há mais falantes além dessas duas senhoras. A população étnica Salamã é dispersada pelo estado de Rondônia e é estimada em algumas fontes a aproximadamente 10 pessoas. Alguns descendentes dos Salamã moram nas cidades Porto Velho e Guajará-Mirim, alguns se juntaram com os Cassupá (subgrupo dos Aikanã) na Comunidade Indígena Cassupá e Salamã no km 5,5 em Porto Velho, e alguns moram na T.I. Sagarana onde são registrados como Aruá (v. seção 3.3.2).*

*Os Salamã moravam tradicionalmente na região entre as cabeceiras do rio Barão de Melgaço e o médio rio Pimenta Bueno ou Apediá, no sudeste do Estado de Rondônia. Os povos vizinhos tradicionais eram os Aikanã (ou Massaká, Kassupá, Huarí, Mondé e Tubarão, de língua isolada), Kwazá (ou Koaiá, língua isolada), Kanoê (língua isolada), Kepkiriwat (língua Tupí extinta) e povos Nambikwara. O nome Salamã é a autodenominação (Castro Faria 2001) e é encontrado pela primeira vez em 1913, como Charaméin (Anônimo 1916).*

*Os Salamã são conhecidos também por alguns outros nomes. O nome Mondé (em ortografia variável) é um nome pessoal Salamã de um líder de um subgrupo misto Salamã com Aikanã (igual Tubarão, que é uma corruptela do nome Gubal'um também nome pessoal Salamã de um líder de um subgrupo misto Salamã com Aikanã). Um outro nome encontrado na literatura é Sanamãika, que é provavelmente derivado da autodenominação. Não se deve confundir o nome dos Salamã com Salumã, nome antigo dos Enawenê-nawê (povo de língua Arawak em Mato Grosso).*

Em relação ao contexto sociolinguístico de indivíduos monolíngues na comunidade linguística da etnia Salamã, foram estimados 10 (dez) indivíduos, sendo 08 (oito) falantes monolíngues do Português, 01 (uma) que fala Salamã parcialmente, além do Português, e 01 (uma) que fala Salamã parcialmente e Aikanã fluentemente, além do Português.

Já quanto ao uso da língua de referência, não se observa mais o uso cotidiano da língua Salamã, ou seja, o seu uso está interrompido, conforme registro em pesquisa:

Salamã é uma língua que pode se caracterizar como adormecida **porque não é mais usada**. Além disso, as suas duas falantes idosas não dominam mais todos os componentes da língua. A falante na T.I. Tubarão-Latundê lembra talvez 200 palavras. A falante em Porto Velho lembra um pouco mais e

ainda consegue formar frases simples. Ambas têm o que parece uma boa pronúncia. Não existe muita documentação da língua e não há estudos abrangentes. **A realização de tal trabalho seria muito difícil em base do conhecimento das falantes atualmente conhecidas.** O risco é que, quando essas últimas falantes falecem, a língua será irreparavelmente extinta, a não ser que sejam encontrados mais falantes. (g.n.)

Por sua vez, o módulo de identificação e caracterização da língua de referência, além das questões sobre a limitação de acervo documental referente à língua e a ausência de falantes mencionadas anteriormente, apresentou informações sobre marcos temporais que caracterizam a história da comunidade linguística, classificou a língua Salamãí como integrante da família linguística Mondé, tronco Tupi, com aproximação genética, mas não são mutuamente inteligíveis, da língua Suruí e do complexo dialetal Aruá / Cinta Larga / Gavião / Zoró.

Devido ao pequeno número de semifalantes identificados, não foi possível verificar se existem diferentes dialetos (variação dialetal percebível) do Salamãí. A ausência de representação comunitária da língua dificulta o pleito de apresentá-la como objeto de (co)oficialização ou patrimonialização, fato esse que agrava o risco de extinção.

Apesar de a língua Salamãí não ser considerada muito conhecida dos linguistas, foi elencada uma pequena, mas considerável produção bibliográfica sobre a língua (grande parte em língua estrangeira: alemão e francês), com ausências de registros em materiais didáticos, em audiovisuais (com honrosas exceções das gravações oriundas de projetos de vários pesquisadores no período de 1996 a 2018 disponíveis, com acesso restrito, no Acervo de Línguas Indígenas do Museu Paraense Emílio Goeldi, pertencente à plataforma “*LAT-Language Archiving Technology*”, desenvolvida pelo Instituto Max Planck para Psicolinguística, sediado em Nijmegen, Holanda), em músicas e em produções na língua disponíveis na internet.

Com relação às pessoas de referência para a língua, há apenas os 02 (dois) contatos já mencionados e de um seleto número de especialistas - 05 (cinco) ao todo -, sendo 04 (quatro) deles ligados ao Museu Goeldi e 01 (um) especialista indígenas pertencente à “Organização dos Professores Indígenas do Estado de Rondônia e noroeste de Mato Grosso” (Opiron).

Quanto aos serviços públicos oferecidos nas línguas e às instituições que atuam junto às comunidades linguísticas, não há professores que falam Salamãí nem materiais didáticos “*na*” e “*sobre*” a língua de referência, em um contexto desfavorável à promoção do uso da língua de referência no ambiente escolar.

Dessa forma, os formulários apontam que a escola da Terra Indígena onde mora uma das 02 (duas) semifalantes da língua não possui condições nem demanda para usar a língua de referência. Contudo, há aulas limitadas de Aikanã na escola visitada.

Além disso, devido ao estado de dormência da língua, não há quaisquer serviços públicos oferecidos na língua e apenas 02 (duas) associações que atuam no território das línguas e que apoiam o seu uso, que são a “Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamãí” (Opics) e o “Museu Paraense Emílio Goeldi” (MPEG), cujos estudos científicos da língua desde 1996 possibilitou um modesto acervo digital de documentação linguística e etno-histórico.

Os diagnósticos sociolinguísticos, por sua vez, apresentam que o grau de transmissão da língua é considerado interrompido, pois a língua Salamãí está fora de uso há décadas e as duas falantes identificadas não têm usado sua língua materna desde a infância, segundo registro em levantamento amplo. A língua Salamãí não integra a paisagem linguística das comunidades e as situações de uso estão limitadas às 02 (duas) semifalantes, que apresentam certa relutância em rememorar as palavras, porém ainda lembra uns poucos cânticos e os canta com relutância.

O Salamãí é uma língua ágrafa, ou seja, sem grafia em textos escritos produzidos pela comunidade e sem inferências da língua nas paisagens de referência expostos publicamente nas localidades onde vivem os povos. Nos últimos registros encontrados, foram identificados 02 (dois) tipos

de grafias que não foram devidamente diagnosticados e caracterizados em estudo específico pela ausência de falantes do Salamãï que dominassem a escrita.

Em geral, os povos indígenas da região coexistem pacificamente (Aikanã, Kwazá, Latundê e Wari') e suas línguas maternas são faladas apenas no círculo familiar ou em encontros de falantes. Assim, o Português funciona como *"língua franca"* entre os não-falantes e também não-indígenas. Também não foram encontrados registros de uma tradição de textos escritos em diferentes gêneros discursivos na comunidade. Contudo, a semifalante na T.I. Tubarão-Latundê ainda recorda alguns cantos tradicionais na língua Salamãï.

O português, por sua vez, está em expansão e vem ganhando espaço no cotidiano das aldeias nas comunidades pesquisadas, exercendo preocupante pressão sobre as línguas minoritárias Kwazá e Latundê e o Salamãï sendo apenas lembrado, mas não usado.

Deve-se frisar, ainda, que, na opinião dos proponentes do inventário, a indústria de extração ilegal de madeira representa um fator de ameaça para a língua e para a cultura Salamãï.

Quanto à aquisição das línguas, constatou-se que os membros da etnia Salamãï aprendem o Português como língua materna e há o ensino limitado de Aikamã na escola da comunidade. A falante da T.I. Tubarão-Latundê aprendeu Português como segunda língua e depois aprendeu também o Aikanã.

Com isso, os pesquisadores fazem o seguinte registro quanto às atitudes linguísticas apresentadas pelo grupo étnico, conforme, por exemplo, o *"item 7" do "Módulo 5 - Diagnóstico Sociolinguístico"*:

A comunidade acha a língua Salamãï importante, mas não parece haver muita confiança que a língua pode ser revitalizada.

(...)

Com respeito ao valor cultural do Salamãï, isso é muito limitado, porque a língua tem somente semi-falantes (sic). Os não falantes **não mostram esforços para saber alguma coisa sobre a língua**. Mesmo assim, a língua tem um valor simbólico para a Comunidade Indígena Cassupá e Salamãï perto de Porto Velho. (g.n.)

Apesar de a língua Salamãï não ser falada, os grupos étnicos, em especial a Comunidade Indígena Cassupá e Salamãï, perto de Porto Velho, a consideram uma importante referência cultural e lamentam não tê-la aprendido como língua materna, porém eles julgam difícil a revitalização.

De todo modo, o reconhecimento de uma língua abrange um importante processo de afirmação identitária de dimensão política cujos pertencimento e valoração de uma comunidade de falantes fortalecem e ampliam o acesso a direitos por força de movimentos sociais que estruturam as históricas reivindicações a partir da afirmação da diferença cultural.

Ou seja, a língua precisa ser considerada uma referência cultural para seus falantes, estar inserida nas dinâmicas socioculturais das comunidades, ser articuladora de sentidos de pertencimento e significação do mundo. Para tanto, é condição desejada para inclusão no INDL que a língua Salamãï fosse reconhecida segundo 03 (três) pilares: pesquisa, documentação e mobilização social.

Tais pré-requisitos sustentam a realização de um diagnóstico sobre as condições de vitalidade, fundamentais para a justificativa das 02 (duas) grandes linhas de atuação da Política de Diversidade Linguística: a de reconhecimento e a de apoio e fomento.

#### IV - Conclusões

Por ser um instrumento com a dupla finalidade de pesquisar as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, o INDL deve permitir o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira.

Apesar de a pesquisa realizada apontar certo empecilho para a revitalização da língua Salamãï, retomamos uma das premissas para conceituação de "língua" registradas no item 4.3.1 do *Volume 1 do Guia de Pesquisa e Documentação do INDL*, *"in verbis"*:

Como instrumento de reconhecimento de valor patrimonial, entretanto, o INDL pressupõe o entendimento da língua para **além da sua caracterização como meio de comunicação ou dos seus elementos puramente linguísticos**, pautando-se naquilo que a língua representa como referência de identidade coletiva e elemento de transmissão de cultura. (g.n.)

Desse modo, o primeiro conceito relacionado ao inventário é expresso pelo termo língua de referência, que sintetiza a perspectiva da língua como uma “referência cultural” de determinado grupo social. Essa língua, que é indicada por uma coletividade como elemento articulador de sua cultura, identidade, ação e memória, é a que será reconhecida e incluída no INDL. Ela representa, enfim, a língua que é indicada por uma coletividade como elemento articulador da sua cultura, identidade, ação e memória. ( Os dois volumes do Guia INDL podem ser acessados em <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1243>).

Também referenciamos o Guia INDL no item 4.3.2, em particular sobre o conceito de "Comunidade Linguística":

Pertencem a uma comunidade linguística todos os indivíduos que **falam a língua ou se identificam**, por etnia ou por filiação, **com o grupo social de falantes da língua**. Alguns exemplos servem para ilustrar esse conceito:

**Nem todas as pessoas que se identificam com a língua são falantes:** Por exemplo, uma pessoa pode ser filho de pais que falam Pomerano, mas ela própria apenas fala o Português. Isso não impede que ela se identifique com a língua Pomerana e a tenha como uma referência cultural.

**Nem todas as pessoas que falam a língua são do grupo social originalmente identificado com essa língua:** Por exemplo, uma mulher Desáno – que fala Desáno e Tukáno – casada com um homem Tukáno, pode pertencer à comunidade linguística Tukáno.

**Um indivíduo pode fazer parte de mais de uma comunidade linguística:** Por exemplo, o filho de pais falantes de Pomerano pertence à comunidade linguística do Pomerano por identificação cultural e à comunidade linguística do Português por falar essa língua. Da mesma forma, a mulher Desáno pertence à comunidade linguística Desáno por identificação étnica e por falar essa língua, e também à comunidade linguística Tukáno, por falar também o Tukáno.

Para o trâmite administrativo do processo de inclusão da língua no INDL, ressaltamos a manifestação da Procuradoria Federal do Iphan no item 5 do Despacho nº 304/2015-PF/IPHAN/SEDE, a respeito dos pré-requisitos para solicitação de reconhecimento de uma língua como Referência Cultural Brasileira, no que tange à obrigatoriedade de conter anuência da comunidade linguística "in verbis":

5 - Além disso, considero juridicamente incabível a recomendação, exarada nos citados pareceres, de que sejam juntados aos autos os DVDs com o registro de anuência dos povos falantes das línguas. Essencialmente porque não há determinação legal nesse sentido, ao contrário do que ocorre com os processos de registro do patrimônio imaterial, nos quais a anuência formal dos representantes detentoras do saber é requisito necessário à instrução da proposta.

Nada impede, em relação ao INDL que tal anuência seja exigida pela área técnica, mas enquanto não veiculada em norma própria, **ela deve ser entendida como de natureza discricionária**, relacionada ao mérito técnico dos pedidos de inscrição no INDL. De toda forma, no Parecer 60/2015 é esclarecido que os citados DVDs foram analisados, de modo que, do ponto de vista jurídico esta é uma questão inexistente. (g.n.)

Sobre tal assunto do campos das memórias sensíveis, é importante o registro de jurisprudência proposta pela [Nota Técnica 8 DPGU/DNDH](#), de 14 de setembro de 2021, elaborada pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos da DPU com assessorias técnicas do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (Ipol) e da Universidade de Brasília (UnB), cuja defesa é a de dimensionamento do patrimônio linguístico ao mesmo campo do respeito aos Direitos Humanos e que sejam, dessa forma, estabelecidas políticas públicas de reparação à repressão linguística ocorrida no Brasil desde o processo de colonização. Segue trecho desse importante documento que ajuda a problematizar a questão:

*Ainda que possamos contextualizar historicamente tais eventos, são evidentes os seus efeitos negativos e consequências restritivas sobre a vida atual e perspectivas futuras dessas comunidades,*

*fato que fundamenta ações e políticas públicas para conscientização do direito humano à diversidade linguística e medidas compensatórias de reparação imaterial pelos danos identitários.*

*(...)*

*“Além disso, a lei proibia o uso da língua materna de cada nação indígena e da Língua Geral da Costa, obrigando o uso da língua portuguesa e a adoção, pelos indígenas, de sobrenomes portugueses.*

*(...)*

*Portanto, havia um propósito explícito de assimilação dessas populações, cujo resultado visado era o extermínio de seus valores e de suas línguas.*

As premissas do INDL estão expressas no Decreto nº 7.387, de 9 de Dezembro de 2010, que Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a **memória**, a **história** e a **identidade** dos **grupos** que compõem a sociedade brasileira.

*(...)*

Art. 8º Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, **órgãos e instituições públicas federais**, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério da Cultura (Nota: Hoje, respectivamente, pela Secretária Executiva da Cultura e Ministério do Turismo). (g.n.)

Isso nos leva a considerar que os dados compilados nos Formulários do INDL subsidiarão ações de setores e instâncias governamentais e, dessa forma, se faz necessário avaliar qual o tipo de informação e quão densos devem ser o conhecimento produzido como requisito para a inclusão de um língua no INDL e como eventuais variantes dialetais serão consideradas nos processos e ações de salvaguarda a partir de então.

A situação atual do Salamãï não permite propostas concretas de revitalização e promoção (conforme dados contidos no Módulo 6 - Avaliação de Vitalidade linguística, revitalização e promoção); quanto à salvaguarda, faz-se urgente a documentação e a análise científica da língua e da tradições desse povo. No último quesito, o Museu Paraense Emílio Goeldi desenvolve projetos que estão em considerável nível de consolidação.

Quanto à disponibilização das produções documentais na comunidade linguística, os pesquisadores informam que *“em princípio”* a comunidade possui acesso a essa documentação via internet e que o Museu Goeldi planeja *“no futuro”* compartilhar com membros da comunidade cópias de gravações feitos por seus pesquisadores em forma de DVD.

Eles relatam ainda que uma cópia integral do acervo Aikanã (vide item 7.3 do Módulo 4) do projeto DoBeS (VAN DER VOORT et al. 2012-2016) está em posse da assistente indígena do projeto e que a maior parte do acervo está online *“no aguardo”* de livre acesso e que está disponível outro acervo de documentação (VÁRIOS 1996-2018) nos servidores do Museu Goeldi com acesso restrito, pendente de liberação no futuro.

É consenso, conforme demonstrado no item III desta Nota Técnica, que o reconhecimento de uma língua como Referência Cultural **não deve se fundamentar necessariamente em critérios linguísticos**, mas considerar os contextos socioculturais das comunidades por meio de diálogos que resultem em consensos por parte dos interessados.

Apesar de a língua Salamãï encontrar-se em sério risco de extinção, os grupos étnicos, em especial a Comunidade Indígena Cassupá e Salamãï, perto de Porto Velho, a consideram uma importante referência cultural e podem ser considerados como beneficiários potenciais de políticas linguísticas.

Frisamos que a situação de dormência e iminente extinção da língua Salamãï exige por parte do Poder Público que a consideremos como objeto de certificação pelo INDL para o devido reconhecimento de ações de políticas públicas voltadas para o aprofundamento de pesquisa e documentação antes da extinção desse patrimônio cultural.

Portanto, salvo melhor juízo, pelos motivos acima elencados somos favoráveis à inclusão da língua Salamãï no INDL, por considerar que a documentação apresentada é suficiente para a identificação dessa língua, de modo que ela constitui-se como uma referência de identidade para os povo Salamãï.

Submeto o presente Parecer à consideração do Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística para consideração superior e envio à instâncias superiores e submissão à Comissão Técnica do INDL para deliberação.

**Daniel Ramos Araújo**

Analista de Patrimônio e Cultura. Área 4.

Divisão Técnica de Diversidade Linguística – DTDL/CGIR/DPI

De acordo.

**Marcus Vinícius Carvalho Garcia**

Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística

DTDL/CGIR/DPI/IPHAN



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ramos Araújo, Analista I**, em 29/10/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Carvalho Garcia, Chefe da Divisão Técnica da Diversidade Linguística**, em 29/10/2021, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3067675** e o código CRC **EE6230CF**.

**Referência:** Processo nº 01450.000774/2019-13

SEI nº 3067675